

SUJEITOS GAYS: identidade(s), estética(s) e violência(s)

RESUMO

Luiz Paulo Ribeiro
E-mail: luizribeiro@live.com
Universidade Federal de Minas
Gerais, Belo Horizonte, Minas
Gerais, Brasil

Este ensaio discute a proposta da utilização do termo 'gaydade' para falar da(s) identidade(s) gay(s), para tanto, discute a existência de uma estratificação estética de ser gay diante de padrões heteronormativos, uma vez que essa vinculação pode contribuir para a perpetuação e a justificativa da violência e subalternização de sujeitos. Assim, o ensaio está organizado em três partes, a primeira versa sobre as correlações entre identidade e Representações Sociais, a chave de leitura da análise deste texto. A segunda parte discorre sobre as estéticas identitárias da(s) identidade(s) gay(s). A terceira, problematiza a(s) identidade(s) gay(s) a partir da estratificação da violência para com alguns sujeitos, principalmente aqueles que não correspondem ao perfil higienizado de um homem gay 'aceitável'.

PALAVRAS-CHAVE: Gay. Identidade. Gaydade. Violência.

INTRODUÇÃO

Brasil, Março de 2019. Um youtuber foi arrastado pela polícia em meio a um bloco de carnaval, na rua. Câmeras de celular registram diretamente a agressão. Em meio a socos, pontapés e palavras ofensivas, aquele sujeito, homem, cisgênero e assumidamente gay foi violentado simplesmente por querer se abrigar em uma marquise próximo aos policiais. Homofobia? Coerção por desobediência? A matéria se transformou em postagem nas principais redes sociais. O “caso” ganhou repercussões nacionais. Porém, este não foi o primeiro e, infelizmente, não será o último caso de violência contra homens gays no Brasil. E talvez, naquele mesmo instante em que o youtuber foi agredido, outros sujeitos, também gays, passavam por agressões iguais ou de maior agravo.

Este ensaio tem como objetivo analisar a possibilidade de construção/existência de identidade(s) gay(s), discutindo como os padrões heteronormativos podem contribuir para a estratificação dessas identidade(s) e a perpetuação da violência contra homens gays. De início, é necessário dizer que, ao pensar em uma “gaydade”, resgato que as demais letras/representações que compõem a sigla do movimento LGBTTQIA+ têm em si uma composição identitária marcada pela utilização do sufixo “-dade” (que, de uma forma geral, é atribuído a adjetivos para substantivar aquilo que transmite a ideia de estado, situação, identidade ou quantidade). Assim, na sigla é possível verificar essa demarcação vendo que há a **lesbianidade**, **bissexualidade**, **transgeneridade**, **travestilidade**, **transexualidade**, **identidade** queer, **intersexualidade** e **assexualidade**, algo que não é utilizado quando se refere à nomeação da identidade dos sujeitos gays, ou seja, não é comum utilizar a expressão “gaydade” para demarcar as identidades gays: podemos superar isso?

Por outro lado, é possível dizer que existem denominações como homoafetividade e homossexualidade, que, ao longo do tempo e por razões políticas, tornaram-se sinônimos da identidade gay. Entretanto, elas conseguem abarcar com distinção e especificidade da identidade de homens gays, sem generalizar, subalternizar ou invisibilizar? Como resgata Pellim (2019, p.107), as identidades têm componentes políticos, “[...] não estão dadas de antemão, mas são construídas, negociadas e reformuladas em meio às práticas discursivas nas quais os sujeitos se engajam buscando atribuir sentido ao mundo”. Esse componente político pode indicar, por exemplo, que algo seja valorizado, ignorado ou alvo de violência.

Por vezes, a experiência de ‘sair do armário’, de se assumir, ou de tornar pública a orientação sexual, ainda traz reações diversas dos familiares, desde expulsões de casa, passando por violências e insinuações. Da mesma forma, há casos em que há uma aceitação incondicional, suporte familiar e social. Há casos, também, que a publicização/partilha familiar da “nova” orientação sexual é acompanhada por frases como: “você pode até ser gay, mas...”. A complementação dessa frase é tão múltipla quanto a própria vivência de ser gay, e embora de início possam parecer como formas de aceitação, essas complementações ainda podem ser expressões de violência e preconceito homofóbico.

“Pode ser gay, desde que não seja aqui em casa!”, “pode ser gay, desde que não seja afetado”, “que não use saia”, “que não seja afeminado”, “que não vivencie o pecado do homossexualismo”, “que não traga o namorado em casa”, além de outras frases de uma pseudotolerância e a continuidade de padrões heteronormativos e de violência homofóbica. Berenice Bento (2011) indica que nesses casos há o que ela denomina por heteroterrorismo, ou seja, uma imposição de um padrão heterossexual, sob a normativa do aceitável, para se ser homem, mesmo sendo gay.

Mesmo que exista essa tentativa de higienização e padronização da homossexualidade masculina – espaço também político que serve e serviu para a “aceitação social” – é possível dizer que as vivências da homoafetividade e homossexualidade masculinas são diversas e polimorfas. É justamente a partir da resistência, diante de uma normalização da vivência do homem homossexual, é que se vê a possibilidade de registro da existência da(s) identidade(s) gay(s) – embora seja diversa em si mesma – a gaydade.

Ainda na discussão sobre a padronização e identificação, Luís Paulo Ribeiro e Maria Isabel Antunes-Rocha (2019), ao tratarem das correlações entre identidade e Representações Sociais, trazem um caminho para contribuir com esta questão. Eles apontam que se uma identidade carrega em si algum estigma social, uma Representação Social negativada que incide em uma identidade malquista, haverá dificuldade de que os sujeitos se vinculem a esta identidade, por pressão e influência social. Em uma sociedade que ainda vigoram padrões cis-heteronormativos não é difícil pensar quais as Representações Sociais ainda existem sobre ser gay.

Para conseguir pensar nisso há a necessidade de separação da prática homoerótica das identidades de homens gays. Um indício disso é a utilização da nomenclatura ‘homens que fazem sexo com homens’ (HsH) na política pública de saúde (Sergio Luis Funari, 2003), nas campanhas contra o HIV/Aids, em que, ao abarcar sujeitos homens que não se assumiam gays/homossexuais, embora tenham tido relações sexuais com outros homens, acabavam por alcançar mais sujeitos nos atendimentos e nas medidas profiláticas. A questão é que estes sujeitos embora tenham práticas homoeróticas (façam sexo com outros homens) não se assumem identitariamente como gays ou homossexuais, o que remete à existência de uma identidade, a qual se pode vincular ou não.

Há que se ter em mente que não há uma única forma de viver a identidade gay, ou seja, não é uma identidade unívoca. Entretanto, há que se marcar que essa identidade está atrelada a uma prática homoerótica, mas não determinada por esta prática. Um sujeito não pode ser considerado mais ou menos gay pela prática homoerótica que possui, pela atividade ou passividade nas suas práticas sexuais, ou pela ausência delas, por isso se defende que seja uma identidade e não apenas um *modus vivendi*.

Nesse caminho, pode-se dizer que as diversas formas de se constituir homem gay perpassam por uma construção processual, social e política, um processo identitário que desemboca em diferentes possibilidades, sendo algumas heterodeterminadas, militantes ou subalternizadas, que podem ser concomitantes ou divergentes entre si. Cabe lembrar que há uma hipótese neste ensaio de que a diversidade de possibilidades de identidades gays tem relação com uma estratificação da(s) violência(s), sendo as identidades malquistas (que se afastam

mais do padrão heteronormativo) aquelas que sofrem mais violência socialmente justificada.

Partindo dessa exposição inicial e do objetivo deste ensaio, o texto está organizado em três partes, a primeira versa sobre as correlações entre identidade e Representações Sociais, a chave de leitura da análise deste ensaio. A segunda parte discorre sobre as estéticas identitárias da(s) identidade(s) gay(s). A terceira, problematiza a(s) identidade(s) gay(s) a partir da estratificação da violência para com alguns sujeitos, principalmente aqueles que não correspondem ao perfil higienizado de um homem gay ‘aceitável’.

IDENTIDADE(S) E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Neste texto, o conceito de identidade é tomado como poliepistêmico, polissêmico e polimorfo, ou seja, algo que encontra dificuldade de definição no plano teórico e que se expressa de diversas formas no plano prático, político e empírico.

Ao adentrar nas reflexões sobre identidade, cabe fazer uma ressalva. As noções de sujeito, subjetividade e do próprio termo identidade têm polissemias enlaçadas às epistemologias demarcadas por posicionamentos em cada momento histórico e em cada campo do conhecimento. Muitas vezes, ao se abranger os temas identidade, sujeito e subjetividade, diz-se de processos nos quais um determinado indivíduo constrói-se na sua individualidade e processos internos, ao mesmo tempo, influenciado e determinado por processos que lhe são externos, como a sua inclusão e participação social. Nesse sentido, sabe-se que “a importância conferida ao estudo da identidade foi variável ao longo da trajetória do conhecimento humano, acompanhando a relevância atribuída à individualidade e às expressões do eu nos diferentes períodos históricos” (JACQUES, 2011, p. 158). Mostra disso é que, em Psicologia Social, a temática ocupou centralidade desde os primórdios dos estudos da Psicologia e Psicologia Social, como se pode ver nos estudos de William James e George Mead (DESCHAMPS; MOLINER, 2014; JACQUES, 2011) e ainda possui espaço cativo para discussões em diferentes áreas do conhecimento.

Tem-se em pauta sujeitos da contemporaneidade, que emergem de rupturas e continuidades, sujeitos que convivem com a conectividade, grande entrosamento com as tecnologias de informação e comunicação e demais possibilidades. Sujeitos que se erigem em contextos de lutas e resistências, sendo produtores e produtos de processos de tensões, de uma dialética do cotidiano. Tendo isso em vista, parece raso considerar a identidade apenas como uma resposta à pergunta “quem sou eu?”, algo sob domínio somente do sujeito, do querer, excluindo os processos de sociabilização ou de influência e domínio social.

A partir dessa consideração, discutindo as questões relacionadas à identidade, faz-se necessária uma ressalva sobre seus componentes social e individual. Esta ressalva é factual uma vez que “a reflexão sobre a identidade levanta o problema mais geral da integração das pessoas num espaço coletivo e, simultaneamente, o problema ligado ao fato de que essas pessoas buscam um lugar específico neste mesmo espaço coletivo” (DESCHAMPS; MOLINER, 2014, p. 17). Diz-se que a identidade social (BONOMO, 2010) está para as relações de

pertença, de busca de semelhança com o “nós”, assim como a identidade pessoal está para o processo de diferenciação, de ser idêntico a si mesmo. O que se pode construir e considerar, inicialmente, é que sujeito e sociedade são dinâmicos entre si, formam-se e são formados nesse processo, sendo quase impossível separar os componentes totalmente pessoais daqueles componentes considerados sociais na identidade.

Mansano (2009) corrobora com esta construção ao trazer à cena a existência de um sujeito transitório, que na produção das subjetividades – entendidas aqui como processo de tornar-se sujeito, existir (SILVA; GARCIA, 2011) –, o sujeito mantém-se aberto, uma vez que “ao mesmo tempo em que ele acolhe os componentes de subjetivação em circulação [nos grupos e na vida social], também os emite, fazendo dessas trocas uma construção coletiva viva” (p. 111). Isso quer dizer que o sujeito, no processo de se constituir como tal, imbuído também na construção de sua identidade, participa – de forma engajada por vezes – das instituições, dos Movimentos Sociais e dos espaços grupais e comunitários, erigindo-os ao mesmo tempo em que se permite construir, num processo contínuo de igualar-se e diferenciar-se. Sabe-se que a subjetividade e os modos de subjetivação são tomados como mutáveis, o que quer dizer que “existimos e produzimos subjetividades em meio a uma luta. [...] A matéria prima que compõe as subjetividades são variáveis e historicamente localizadas” (MANSANO, 2009, p. 112). Assim, os modos de existir e de constituir-se como sujeito passam pelos encontros dos indivíduos com o social, em que o sujeito não está dado, é processo. E é justamente porque os sujeitos não estão “prontos” que é permitida a transformação do social e da realidade, já que sempre há possibilidade de mudanças.

Hennigen e Guareschi (2006), resgatando os estudos culturais de Hall e Foucault, dizem sobre a atribuição de significados resultantes das práticas sociais e dos processos de subjetivação, propondo que: “não se pode pensar mais que a identidade emerge de um centro interior, mas sim da tensão entre os discursos da cultura e o desejo (consciente e inconsciente) de responder aos seus significados e identificar-se” (HENNIGEN; GUARESCHI, 2006, p. 58). Ou seja, a identidade não se institui no vácuo, ela é atravessada, produzida e produtora de sentidos no entrecruzamento com as relações de poder, discursos, relações de trabalho (conflito entre capital e trabalho), linguagem, formas de consumo e relações de solidariedade.

Nesse sentido, instituir a identidade é estar em busca constante de atribuir significados a si e ao mundo, sendo quase impossível falar em identidades únicas, mas sim de identidades múltiplas. É neste ponto que Marisa Zavalloni e Christiane Louis-Guérin (1984) indicam ser a partir dos processos identitários que as Representações Sociais enraízam-se na consciência, sendo integradas nas formas de pensar e sentir e reintroduzidas ao público em forma de palavras, discursos e ações. Jacques (2011) chega a apontar, então, que há uma falsa dicotomia entre identidade pessoal e identidade social, uma vez que “é do contexto histórico e social em que o homem vive que decorrem as possibilidades e impossibilidades, os modos e alternativas de sua identidade (como formas histórico-sociais de individualidade) [...]. Sob esta perspectiva é possível compreender a identidade pessoal como e ao mesmo tempo identidade social.” (p. 161-162).

A superação da dicotomia individual-coletivo também é feita por Moscovici (1961-2012), quando diz que as formas de pensar, sentir e agir dos sujeitos são

construídas na ponte entre o que é individual e o que é coletivo (MOLINER; GUIMELI, 2015). A teoria desenvolvida por Serge Moscovici propõe que as formas de pensar, sentir e agir dos sujeitos sejam elaboradas pelos membros de diferentes grupos que compõem a sociedade e é por isso que há uma permissão para categorizar as próprias pessoas, “definir estatutos e papéis, legitimar tomadas de posições e condutas”: marcadores, produtos e regulações da identidade (DESCHAMPS; MOLINER, 2014, p. 134).

Assim, a teoria moscovicianiana diz que as Representações Sociais – como os sujeitos pensam, sentem e agem – são marcadores da identidade quando são o meio pelo qual um determinado grupo as usa para afirmar o que lhes é particular e diferente. Sendo que, “esta necessidade de distinção pode até levar os indivíduos a abandonar momentaneamente crenças às quais aderem, por pouco que essas estejam associadas a um grupo antagonista” (DESCHAMPS; MOLINER, 2014, p. 142). Como produtos identitários demarca-se que os grupos têm Representações Sociais deles mesmos e a posição que ocupam em relação aos outros grupos, ou seja, é por meio delas que os indivíduos “aprendem sua diferença e semelhança em relação ao outro” (DESCHAMPS; MOLINER, 2014, p. 144). Por último, como reguladores identitários, as Representações Sociais atuam como preservadores da compatibilidade entre as representações do que o grupo é e as Representações Sociais que este grupo produz, dando coerência ao modo de vida, sociabilidade e subjetividade, ou seja, buscam a “congruência com as aspirações e as coações identitárias dos indivíduos” (DESCHAMPS; MOLINER, 2014, p.149).

Nessas indicações, ao representar socialmente algo, os sujeitos colocam-se identitariamente para o objeto representado, ou seja, ao representar os indivíduos, imprimem marcas nos objetos partilhados ao passo que tais objetos também marcam as posições sociais desses próprios indivíduos na dinâmica social. Sarah Cohen-Scali (2010) afirma que esta relação é dialética já que um elemento pressiona o outro a categorizar, identificar e comparar. E ainda, “compreende-se que a representação preencha certas funções na manutenção da identidade social e do equilíbrio sociocognitivo a ela ligados” (JODELET, 2001, p. 35).

Assim, pode-se dizer que a identidade é algo relacionado às formas de pensar, sentir e agir sobre determinado objeto – lembrando que a própria identidade e os sujeitos podem ser objetos representáveis –, influenciados pelo tecido social ao qual estão contextualmente e historicamente ligados. Assim, ao dizer sobre o entrelaçamento entre identidade e Representações Sociais – e já vislumbrando a questão aqui analisada sobre a possibilidade de uma gaydade, ou gaydades –, há a possibilidade de tratar da existência de estéticas identitárias, ou seja, performances às quais os sujeitos vinculam-se a partir da sua identidade. Pode-se dizer que uma estética identitária nada mais é do que a expressão da representação da identidade, é uma personificação do conceito assumido, ou ainda, uma encarnação no corpo e nos modos de expressão das sexualidades do que se enuncia como hegemônico e identitário (mesmo que não heterossexual) ou minoritário e singular (a tal diferença).

Continuando a discussão sobre Representações Sociais e Identidade, e já vinculando ao assunto do ensaio, vale lembrar que Ribeiro (2019) indicou que o que se pensa de algo está intermediado diretamente pela identidade do sujeito. Ou seja, a vinculação de um sujeito a uma dada identidade (coletiva, social e individual) depende das formas de pensar, sentir e agir – Representações Sociais (MOSCOVICI, 2010; JODELET, 2005; MOLINER; GUIMELLI, 2015) – do próprio sujeito sobre aquela identidade que também lhe é objeto representável. Esta relação pode indicar que se há uma representação negativada ou desvalorizada do que é ser gay, a tendência é a não vinculação daquele sujeito àquela identidade, ao passo que se a identidade representada traz elementos que confortam, incluem e justificam a atuação de um sujeito, ela pode/é assimilada e assumida, demonstrada esteticamente como componente do sujeito.

Dessa forma, havendo um heteroterrorismo e um machismo estrutural, que definem o que é ser homem hétero e, em contraposição, o que é ser gay – aqui já verificando a existência de uma desqualificação do sujeito gay também enquanto homem – há uma Representação Social do que é ser gay, algo por vezes encarado como o rompimento com o masculino e uma infração à virilidade e à obrigação intrínseca da atividade¹ erótica.

Entende-se que é este tratado da masculinidade heteronormativa que instaura uma estratificação das identidades gays e faz com que exista um degradê ativo-passivo ou masculino-feminino e que gera/não gera vinculações identitárias que sejam comuns. Para Moura, Nascimento e Barros (2017), o problema não é ter uma identidade gay, mas parecer/ser feminino, isso incide numa tentativa – em alguns casos – de expurgar o feminino – que causa vergonha e exclusão – de atos, estéticas e formas de ser socialmente. É numa gama de possibilidades de ser gay que estes autores indicam a dificuldade de definir uma ‘identidade gay’ ou puramente gay, uma vez que “os próprios indivíduos da comunidade gay não desfrutam dos mesmos interesses e são separados por grupos e recebem denominações diferentes” (MOURA; NASCIMENTO; BARROS, 2017, p. 1493). Seria possível então buscar uma identidade dentro da diversidade de grupos/categorias diante da homossexualidade masculina (heterogênea)?

Ser ‘viado’, ‘bicha’, ‘maricona’, ‘marica’, ‘urso’, ‘lenhador’, ‘pintosa’, ‘barbie’, ‘bicha-pão-com-ovo’, ‘poc’, ‘discreta’, ‘sigilosa’ e ‘bofe’ são algumas das expressões que recebem/denominam os sujeitos gays. Neste ensaio foi feita a escolha por alguns desses termos para fazer a discussão sobre uma possível gaydade, tentando trazer a discussão dos perfis (estéticas identitárias) e das problemáticas diante de cada ‘categoria’ da identidade gay.

“Da cacura à barbie, das bears às pintosas, as categorias multiplicam-se indefinidamente e, ainda assim, não dão conta da multiplicidade dos modos de ser bicha e de sua singularidade” (SANTIAGO; CASTELLO; RODRIGUES, 2017, p. 158). Neste caminho, ser – identitariamente – ‘discreto, não afeminado e fora do meio’ ou ‘barbies’, ‘urso’ ou ‘lenhador’, ‘POC, bicha ou afeminada’ pode dizer de um mister em que Representação Social (o que se pensa, sente e age sobre algo) e identidade (o que se denomina, o que se é e pode ser) estão engendradas numa lógica político-social de privilégios que valoriza alguns e desvaloriza outros pela capacidade performática (BUTLER, 2003), estética identitária e *modus vivendi*.

‘As’²gays denominadas como POCs ou bichas afeminadas são entendidas por Santiago, Castello e Rodrigues (2017) como produção de identidades gays

afeminadas, contestando o lugar abjeto ao qual estão destinadas, questionando a masculinidade hegemônica e uma heteronormatividade compulsória que determina que o masculino é superior ao feminino, desvalorizando as identidades não-pênis-macho-masculinas. Isso porque as gays afeminadas são justamente aquelas identificadas por assumirem publicamente sua orientação sexual e identidade gay, demonstram afeto, questionam os paradigmas de gênero, rompem as barreiras do masculino com o feminino, permitem-se, são espalhafatosas, ‘pintosas’, ‘assumidas’, ‘dão pinta e close’, são ‘fechativas’, não se restringem a padrões de cores, carregam a bandeira arco-íris com orgulho e militam por direitos. É neste ponto que estes autores questionam o que há de ofensivo em ser ou parecer ser mulher, ou melhor, ser ou parecer bicha-afeminada. Cabe ressaltar que não há uma relação de causa-efeito que garante que uma “gay afeminada” seja sempre um sujeito que questiona a masculinidade hegemônica e a heteronormatividade, por vezes pode ser afeminado e heteronormativo. O que os autores colocam são as possibilidades de questionamento dos padrões cis-heteronormativos e machistas que estes sujeitos podem provocar por sua existência.

Nesse sentido, Ramon Pereira dos Reis (2012), ao fazer uma análise sobre o comportamento de sujeitos frequentadores de espaços de sociabilidade homossexual no Pará, aponta que nesses lugares existiam sujeitos gays que tinham medo ou constrangimento de serem considerados como gays afeminados em oposição à uma masculinidade visível que é respeitável. Retomo neste ponto duas questões que agem em desfavor das gays afeminadas: a presença de um heteroterrorismo (BENTO, 2011), no qual tudo que pode ferir o perfil hétero-macho é abominado, ao passo que há também uma idealização de um masculino uno, puro e superior que qualquer sombra do feminino pode fazer com que o sujeito torne-se abjeto, inferior e sem valor. É por estas e tantas outras falas – que já foram ressaltadas no início deste ensaio – que é possível indicar que, em se tratando de identidade(s) gay(s), talvez com um tom de certeza, os homens homossexuais afeminados sejam os perfis mais abominados, por isso mais violentados e menos visualmente desejados, fator que pode ter feito com que a mídia utilizasse justamente desse perfil para representar os sujeitos gays em seriados, novelas e desenhos. Este terror é chamado por Silva, Pereira e Pontes (2019) de afeminofobia, termo criado por Eve Kosofsky Sedgwick (1993; 1990), sobre o preconceito para com sujeitos homens gays que não estão em um padrão hegemônico de macho ou que estão em outras construções identitárias masculinas.

De outro lado da moeda, em enfrentamento à possível heteroidentificação de uma gaydade, Miskolci (2015) analisou mídias digitais para encontrar parceiros do mesmo sexo e encontrou a denominação que o sujeito era “discreto, não afeminado e fora do meio”. Ele analisou que a utilização de mídias sociais, como os aplicativos *Grindr*, *Scruff* e *Hornet* possibilitam aos sujeitos que sentem atração por outros homens encontrar parceiros sem ter que expor socialmente a sua orientação sexual. Nesse caminho, a busca por parceiros discretos aparece como uma forma de proteção (física e da retaliação social), ao passo que afasta esses sujeitos de identidades relegadas à abjeção, ou seja, remarca um regime de visibilidade, que, de forma indireta, agencia sobre o que é aceitável e possível de se ver na vida cotidiana. Assim, ser discreto, não afeminado e fora do meio trata de um padrão de aceitação em que as formas de pensar, sentir e agir do sujeito –

sua identidade e suas Representações Sociais – não correspondem ao estereótipo gay que é rejeitado e não aceito à luz do dia.

Ainda analisando perfis em sites de relacionamento, Felipe Zago e Fernando Seffner (2008) discutem sobre os perfis mais acessados e bem quistos. A partir da verificação de tais perfis, eles discutem que os mais desejados são justamente aqueles que demonstram mais demarcadores do gênero masculino, ou seja, perfis em que há uma masculinidade (hetero-macho-viril) disponível. Dando continuidade ao que foi apresentado por Miskolci (2015), são justamente estes perfis mais desejáveis que se posicionam como discretos, não afeminados e fora do meio. Há uma relação de dependência, que é antagônica (ZAGO; SEFFNER, 2008), entre os perfis desejados e os considerados abjetos, ou seja, numa relação de poder de uma masculinidade visível, aceitável, disponível para se desejar e para se testar. Nesse caminho, há também a existência de sujeitos que se denominam como ‘sigilo’, “não pressupõe necessariamente um apagamento de sua sexualidade, mas sim uma recusa generalizada da dúvida sobre sua masculinidade” (ZAGO; SEFFNER, 2008, p. 5).

A partir dessa discussão sobre os sujeitos que se denominam como não afeminados, discretos (e sigilosos) e fora do meio a partir de padrões de masculinidade, observamos que uma das estratégias de manutenção desse padrão é o investimento em um corpo viril, com músculos sobressaltados, definidos, depilados e à mostra. Por exibir este perfil, é comum que estes sujeitos sejam reconhecidos como ‘barbies’, uma alusão à figura do personagem do boneco ‘Ken’, que possui as mesmas características.

Muito embora o grupo dos ‘discretos, não afeminados e fora do meio’ seja composto também por gays ‘barbies’, é possível perceber socialmente que há sujeitos que se enquadram nesse padrão, mas que se assumem e estão à frente dos Movimentos Sociais em luta pelos direitos da população LGBTQIA+. Muito embora, esses sujeitos reproduzam um padrão de masculinidade, ou ainda, como afirma Santiago, Castello e Rodrigues (2017), uma higienização da homossexualidade masculina que parte de uma anuência social que pode ser dúbia: reforça a aceitação de ser gay ‘dentro’ de um padrão aceitável, corpos viris desejáveis a partir de uma exacerbação da masculinidade como um salvo-conduto. De certa forma, se torna uma vivência gay que pode atender ao disposto anteriormente, “pode ser gay, desde que...”.

O subgrupo em que se enquadram os ursos e lenhadores é estudado por Aranha e Pugas-Filho (2010) e por Domingos e Leite (2009). Para eles, esse perfil rompe com o estereótipo da moda urbana, apresentando uma estética arquetípica de um homem rural: corpos grandes, peludos, barbados e com roupas mais rústicas (camisa xadrez, calça jeans, chapéu etc.), configurando-se como uma identidade gay alternativa, ou seja, fora de um ‘estilo de vida gay’ mas que “deu início a um processo de “fetichização” também da imagem de homens da classe trabalhadora (trabalhadores braçais, motoristas de caminhões etc.)” (ARANHA; PUGAS-FILHO, 2010, p. 998). Para estes autores, a estética, uma subcultura da comunidade gay, surgiu entre as décadas de 1960 e 1980 nos Estados Unidos.

Para Domingos e Leite (2009), a identidade ursina – homens homossexuais denominados como ursos e lenhadores – traz sujeitos no discurso como “sujeito discursivo na luta por uma identificação social” (p. 2135). Isso implica em um posicionamento de resistência de homens abertamente gays a um modelo

midiático de beleza corporal para homens gays, ou seja, são outsiders, tanto no que se espera numa lógica heteronormativa – por serem corpulentos e viris, associados a uma imagem de homem heterossexual, mesmo sendo gays –, quanto por não apresentarem uma similaridade à fragilidade, afetação e leveza pautada pelo padrão midiático para homens gays.

Se, por um lado, a problemática envolvida neste grupo continua sendo a da exacerbação de uma identidade masculina baseada na figura do macho, forte, viril, por outro, demonstra outras possibilidades de construir uma identidade gay para além do estereótipo afeminado midiático. Se de um lado pode reforçar um padrão de masculinidade, de outro traz em si a possibilidade de expressão de uma estética identitária – da gaydade – plural, muito embora ainda apoiada no binarismo homem-pênis-masculino ou mulher-vagina-feminina.

Embora simplificar a ‘Comunidade Gay’ – se ela assim existe – a quatro perfis de sujeitos ou estéticas identitárias possa ser raso, a problematização aqui feita a partir dessa categorização traz à tona uma pergunta crucial: o que é a identidade gay? Ela, no singular, representa uma minoria social ou deve ser escrita no plural resguardando o polimorfismo dessa identidade? O que seria a gaydade?

De forma simples e inicial, em termos de discussão teórico-epistemológica, talvez o único elo entre as possibilidades estéticas apresentadas estaria na afirmação de que o elemento que dá unidade à gaydade estaria relacionado apenas à homoafetividade e ao homoerotismo. Mas seria somente isso? Outros poderiam dizer que a identidade gay seria aquela fadada ao *coming-out*, sair do armário, uma identidade para fora, de se assumir visualmente gay. Entretanto, pensar numa gaydade é caminhar em busca de uma integralização do sujeito, de amalgamar sua prática a uma identidade socialmente reconhecida, mesmo que algumas vezes não seja socialmente valorizada e quista. Um movimento quase cirúrgico em que afeto (o que se sente), desajustabilidade social (o que se pensa) e estética (como se comporta) engajem-se e o sujeito reconheça-se e seja.

Nesse caminho, o processo de reconhecer a identidade gay faz resgatar que o homoerotismo e a homoafetividade encontraram, ao longo da história, resistências por parte de algumas religiões e por parte do discurso médico que as patologizavam. O impacto social, tanto do discurso religioso, quanto médico, influencia diretamente na perpetuação da violência, da vulnerabilidade dos sujeitos e no escalonamento de padrões de sujeitos aceitáveis para a sociedade, lembrando que é pelos estereótipos que pode surgir a permissão à violência.

ESTÉTICAS IDENTITÁRIAS E VIOLÊNCIA: reflexões

Dois dias depois do primeiro turno das eleições presidenciais de 2018, iniciei minha aula de Psicologia Social e um dos meus alunos entrou em sala aparentemente diferente, cabisbaixo e com semblante entristecido. Mesmo que aqueles dias tenham sido difíceis pelo resultado do pleito eleitoral, o relato daquele aluno chamou a atenção de toda a sala. Ele, assumidamente gay e engajado nos Movimentos Sociais, relatou que no dia das eleições foi agredido quatro vezes no percurso de ida à sua seção eleitoral para votar. A causa: ter um celular cor-de-rosa e possivelmente, por meio da sua estética, ser reconhecido como gay.

Distante das lentes midiáticas e das redes sociais, a violência sofrida por este sujeito-aluno gay não teve a atenção da população, diferentemente daquele *youtuber* do início deste texto. Qual a diferença entre estes dois homens gays? Preferimos fazer a análise a partir da existência de uma necrocultura, baseada em formas de pensar, sentir e agir, que padroniza e escolhe quem deve sofrer, quem deve morrer, quais corpos são desejáveis e quais não devem estar no noticiário.

Assim como o aluno gay, diversos outros homens gays sofrem violências todos os dias, justificadas por serem corpos abjetos. Abjetos por estarem fora de um padrão de masculinidade? Receptáculos da violência por serem afeminados, femininos, não viris? Violentados, agredidos, mortos...

Como já foi apontado na categorização da estética identitária de subgrupos de homens gays, aqui se revela que essas formas de ser gay também incidem na vivência, ou não, da violência. Para Oliveira (2017), desde muito cedo, a categoria de gays afeminados sofre violência, sozinhos enfrentam a violência da família, na escola. Para ela, para que “consiga permanecer na escola é necessário que desenvolva estratégias de resistência tanto contra o racismo quanto contra homofobia” (OLIVEIRA, 2017, p. 49).

Assim, um dos caminhos para o entendimento da estratificação da identidade gay pode estar na tentativa de entender os porquês da estigmatização de alguns grupos em detrimento de outros. Dejours (1988), embora seja um autor da área da Psicologia do Trabalho, apresenta a problematização de uma “ideologia da vergonha”: o sujeito não quer se parecer, ou não se permite parecer, com algo não desejado socialmente. Nessa direção, pensando na temática deste ensaio, pode ser que exista um envergonhamento dos estratos da população gay, nos quais quanto mais afeminado e desvinculado do estereótipo heteronormativo do homem viril e forte, mais desvalorizado e subjugado poderá ser o sujeito.

A utilização desse conceito de ideologia da vergonha nesta análise pode encontrar respaldo em dois elementos partilhados socialmente: a) a utilização da expressão de avaliação-julgamento do homem gay como ‘afetado’ ou ‘não afetado’ e, b) a utilização de apresentação como ‘discreto, não afeminado e fora do meio’, utilizadas comumente em aplicativos de encontro e de sexo. Dessa forma ou de outra, como já dito anteriormente, a essa situação dá-se o nome de afeminofobia, que afeta a comunidade gay e que ela própria reproduz, marginalizando os sujeitos que possuem algum traço de feminilidade, mantendo uma lógica de violência (SILVA; PEREIRA; PONTES, 2019, p.11). Isso porque “as identidades masculinas são condicionadas a performarem uma masculinidade que preserva características machistas, patriarcais e misóginas para reforçar traços, ditos, típicos de homens, dos machos alfa cis-heteronormativos e na manutenção da sua virilidade”.

Continuando na tentativa de entender a existência de uma violência estratificada para com os sujeitos gays fora da performance masculina dita hegemônica, Santos, Ferreira e Silva (2013) chamam a atenção para a existência de um conflito entre uma homossexualidade aceitável, que zela e não fere um padrão hegemônico de masculinidade (macho-viril), e uma efeminização da homossexualidade encarcerada na figura do sujeito gay ‘bicha’. Esta dualidade impede o pensamento de uma fluidez da masculinidade, ao passo que confunde identidade de gênero com orientação sexual. Para esses autores, é justamente a existência de uma masculinidade hegemônica que dá a possibilidade/justifica a

violência de gênero contra os sujeitos homoafetivos afeminados, considerada, neste caso, como uma masculinidade ‘falha’, passível de retaliação.

A partir do reconhecimento de diferentes vivências – embora aqui exista a apresentação de algumas das possibilidades, reconhece-se que existem outras inúmeras formas de ser e se constituir gay – há uma indicação de quais sujeitos gays sofrem mais violência, aqueles que estão mais próximos ao gênero feminino, ou seja, aqueles homens gays mais efeminados/afeminados. Isso indica a mobilização social quando um sujeito gay padronizado (passável por hétero) é violentado (como um sujeito que não deveria sofrer violência), em detrimento de outros inúmeros casos de violência contra gays não passáveis caem no esquecimento (aquele que deve sofrer por não ser ‘homem de verdade’).

Se, por um lado, há a escolha perversa de qual sujeito gay pode sofrer a violência, por outro, há que se pensar que esta Representação Social mobiliza cada vez mais tentativas de não se parecer afeminado, não se parecer gay, de ser “discreto, não afeminado e fora do meio”, fazendo um movimento contrário à aceitação de uma vivência plural da gaydade: um (novo) encarceramento ou regime de permissão de como se ser gay sem ser gay, ser passável, de viver a gaydade sem ativismo político, sem ser visto, sem sofrer violência. Neste caso, retomando Ribeiro (2019), há que se pensar que quanto mais uma identidade é deteriorada socialmente, mal quista, menos os sujeitos aderirão a ela ou não sofrer quando são indicados a ela. Assim, ser assumidamente gay suplantaria a deseabilidade social e registraria os sujeitos como resistência política.

Mas qual seria a saída para a desvalorização da identidade gay, principalmente aquela que se afasta dos padrões de masculinidade? A pergunta pode parecer difícil, mas pensar numa gaydade – mesmo que a identidade gay seja em si plural – que não seja negativada pode ser o caminho para isso. Um movimento contrahegemônico de pautar a valorização gaydade em cada vez mais esferas, a exemplo da militância feita pelos sujeitos gays – hoje assumida em grande parte pelos afeminados, ‘pocs’. Eles trazem uma (des)construção possível de modelos heteronormativos da masculinidade ao abarcar diferentes possibilidades de ser sujeito, para além de uma orientação sexual enclausurada e encaixotada em um padrão de gênero, quebrando tabus e positivando possibilidades de ser homem gay: sujeito, cidadão, com direitos.

Moscovici (2011) diz que essa mudança social – que acredito poder acabar com a afeminofobia, a violência, o heteroterrorismo, a heterossexualidade compulsória, o homopatriarcado e a necrocultura do armário – é possível, mesmo quando se tratando de uma ação de influência social de uma minoria (comunidade gay) para uma maioria (sociedade geral). Para ele, as minorias sociais, estando na tessitura da sociedade, conseguem invocar mudanças – mesmo que encontrem resistências – a partir das suas formas de pensar, sentir e agir, fugindo de uma aceitação cômoda da lógica binária. Mas estas tentativas não são de agora. Ao procurá-las, é possível ver um extenso rastro de sujeitos e coletivos em prol do respeito e direitos de toda a comunidade. Um exemplo disso é trazido por Mendonça (2010) que afirma que, historicamente, “a estetização dos comportamentos [gays] foi um ato político” (p. 119), muito embora a questão imagética do sujeito gay construído promova uma higienização do homoerotismo “no sentido oposto à imagem produzida pelo discurso médico e jurídico de corpo invertido, sujeito patologizado e abjeto” (MENDONÇA, 2010, p. 126). Este foi um caminho possível para o enfrentamento da violência e divulgação de vidas

possíveis. Pode-se somar a esta análise a implementação e existência de grupos e coletivos em prol da liberdade afetiva e sexual, os Movimentos Sociais e as Paradas de orgulho gay. Mas, ainda há um extenso caminho a ser vencido e a existência de uma estratificação social das identidades gays e da violência são sintomas disso.

APONTAMENTOS (IM)POSSÍVEIS: para ampliar

Antes de mais nada, reafirmo que este ensaio está na contramão de tudo aquilo que tenta normatizar, controlar, patologizar ou conferir limites identitários aos homens homossexuais. Longe disso! Da mesma forma, não há uma tentativa de apontar que existem estéticas identitárias que são melhores que outras, ou que algumas devem ser seguidas por serem mais corretas. O que se quis demonstrar aqui foi que, para além de uma prática sexual, há a estruturação de identidade(s) que foram e têm sido forjadas e autoesculpadas a partir de uma necrocultura que normatiza quem pode ou não viver, quem deve ou não sofrer a violência.

A gaydade, categoria defendida neste ensaio, constituir-se-ia, então, como identidade de sujeitos homens que, tendo uma orientação sexual não-heteronormativa, arrogam-se como sujeitos de direitos, embora exista um medo perpétuo de violência. A estética dessa identidade, por sua vez, é fruto e, deveras, reprodutora desse medo/ode à violência. Nesse entremeio, seria possível perguntar qual violência machuca mais, se é o enquadre violento necessário para ser aceito como sujeito, mas que o faz passar despercebido, ou a violência física cotidiana que fere e mata quando o sujeito é percebido como diferente?

Durante o texto, falou-se do quanto a própria estrutura social e a mídia utilizam das performatividades e estéticas identitárias dos homens gays, valorizando uns em detrimento de outros, mesmo assim é interessante pensar num antagonismo relacional em que uma identidade dá possibilidade a outra(s), numa lógica dialética.

Por outro lado, diante do que foi apresentado neste ensaio, há que se questionar – inicialmente – e defender a existência de uma identidade gay. Se por um lado, há a perceptível ‘fuga’/escape da violência por meio de uma negação visual da homossexualidade, ou uma padronização de um gay aceitável, hermeticamente construído, por outro, pelos mesmos sujeitos padronizados, ou não, há o movimento de luta por direitos, pela existência e pela desconstrução de um padrão de gênero. Assim, como Domingos e Leite (2009) afirmam, “se não há uma identidade coletiva compartilhada não há um movimento social” (p. 2138), não havendo como pensar na luta por direitos se não há uma identidade nem uma unidade, mas um ponto de encontro que possa fazer sentido e, ao mesmo tempo, possibilite a resistência, seja ela militante, estética ou ética.

Se a ausência de um nome específico para auxiliar na tarefa léxica pode indicar algo para a comunidade gay, recobro o trecho de Santiago, Castello e Rodrigues (2017, p.164), no qual afirmam que “os monstros da nossa sociedade são aqueles que evidenciam uma forte riqueza emocional e uma capacidade de sentimentos que aqueles tidos como normais não conseguem captar” e questiono se aquilo que permanece sem nome também não é aquilo que continua com a marca do indesejado, ou melhor, o que permanece não objetivamente representado não existiria socialmente.

Ao final, e indicando a necessidade de um texto específico para tratar disso, ressaltando que, muito embora este texto tenha se pautado pelas questões identitárias, há outras que fazem com que a violência contra sujeitos gays potencialize-se e demarque outras questões interseccionais: classes sociais, raça e etnia. Se a vida de um sujeito gay afeminado pode ser marcada pela violência desde a infância, se este sujeito for negro e de classe social desfavorecida, este quadro pode ter sido agravado, suas chances de sobrevivência diminuídas e as marcas da violência na constituição da sua identidade indelével. Como dito, ainda há assunto para continuar.

GAY SUBJECTS: identity(ies), aesthetics(s) and violence(s)

ABSTRACT

This paper discusses the proposal to use the term 'gaydade' to talk about the gay identity(ies), for that, it discusses the existence of an aesthetic stratification of being gay in the face of heteronormative standards, since this bonding can contribute to the perpetuation and justification of violence and subordination of subjects. Thus, the essay is organized in three moments, in the first it makes correlations between identity and Social Representations, the key to reading the analysis of this text. The second moment discusses the identity aesthetics of the gay identity(ies). The third, problematizes the gay identity(ies) from the stratification of violence towards some subjects, especially those who do not correspond to the sanitized profile of an 'acceptable' gay man.

KEYWORDS: Gay. Identity. Gayness. Violence.

Sujetos gais: identidades, estéticas y violências

RESUMEN

Este texto discute la propuesta de utilizar el término 'gaydade' (término en portugués) para hablar de identidad(es) gay(s), por lo que se discute la existencia de una estratificación estética del ser gay frente a estándares heteronormativos, ya que este enlace puede contribuir a la perpetuación y justificación de la violencia y subordinación de los sujetos. Así, el ensayo se organiza en tres momentos, en el primero hace correlaciones entre identidad y Representaciones Sociales, clave para la lectura del análisis de este texto. El segundo momento discute la estética de la identidad de la (s) identidad (es) gay. El tercero, problematiza la (s) identidad (es) gay a partir de la estratificación de la violencia hacia algunos sujetos, especialmente aquellos que no corresponden al perfil higienizado de un hombre gay 'acceptable'.

PALABRAS CLAVE: Gay. Identidad. Homosexualidad. Violencia.

NOTAS

1 Aqui, o uso da palavra atividade refere-se ao par ativo-passivo em que tudo que está ligado ao masculino seria ativo e ao feminino seria passivo.

2 Aqui, o uso do artigo no feminino é intencional, demarcando a feminilização dessa categoria diante dos demais sujeitos gays, demonstrando que a leitura do afeminado não passa apenas no julgamento, mas também na marca escrita e falada da proximidade ao feminino, subjugada socialmente.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, G.; PUGAS-FILHO, J. M. Do Bishônem aos Bears: diálogos de estética e recepção dos mangás. In: COSTA, H. A. **Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos**. São Paulo: Editora USP, 2010. p. 991-1004.
- BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz diferença. **Estudos feministas**, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011.
- BONOMO, M. **Identidade social e Representações Sociais de rural e cidade em um contexto rural comunitário: campo de antinomias**. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2010.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COHEN-SCALI, V. **Travailler et étudier**. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 2010.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Oboré, 1988.
- DESCHAMPS, J.-C.; MOLINER, P. **A identidade em Psicologia Social: dos processos identitários às Representações Sociais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.
- DOMINGOS, J.; LEITE, M. R. B. **O discurso dos ursos numa análise discursiva da Teoria Queer**. Congresso Internacional da ABRALIN. João Pessoa: Associação Brasileira de Linguística. 2009. p. 2135-2141.
- FUNARI, S. L. Sexo oral e HIV entre homens que fazem sexo com homens. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 6, p. 1841-1844, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csp/2003.v19n6/1841-1844/p>. Acesso em: 12 jun. 2021.
- HENNIGEN, I.; GUARESCHI, N. M. A subjetivação na perspectiva dos estudos culturais e foucaultianos. **Psicologia da Educação**, v. 23, p. 57-74, 2006.
- JACQUES, M. D. G. C. Identidade. In: JACQUES, M. D. G. C., et al. **Psicologia social contemporânea: livro-texto**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011. p. 158-166.
- JODELET, D. **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- JODELET, D. **Loucura e Representações Sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.
- MANSANO, S. R. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 8, n. 2, p. 110-117, 2009.

- MENDONÇA, C. M. C. Beleza Pura. A estetização da vida cotidiana como estratégia de resistência para o homossexual masculino. **Revista FAMECOS**, p. 118-127, 2010.
- MISKOLCI, R. "Discreto e fora do meio" – Notas sobre a visibilidade sexual contemporânea. **Cadernos Pagu**, v. 44, p. 61-90, 2015.
- MOLINER, P.; GUIMELLI, C. **Les représentations sociales**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2015.
- MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1961-2012.
- MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.
- MOSCOVICI, S. **Psicologia das minorias ativas**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.
- MOURA, R. G.; NASCIMENTO, R. P.; BARROS, D. F. O problema não é ser gay, é ser feminino: o gay afeminado nas organizações. **Farol: Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, p. 1478-1541, 2017.
- OLIVEIRA, M. R. G. D. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2017.
- PELLIM, Tiago. Entre vozes e silêncios: representações de um professor gay sobre sua sexualidade em sala de aula. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 12, n. 39, jan./jun. 2019, p. 106-121. DOI: 10.3895/cgt.v12n39.9274
- REIS, R. P. "Eu tenho medo de ficar afeminado": performances e convenções corporais de gênero em espaços de sociabilidade homossexual. **Rev. NUFEN**, v. 4, n. 1, p. 73-87, 2012.
- RIBEIRO, L. P. **IDENTIDADE E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: evidências e correlações a partir de pesquisas da área da Educação**. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2019.
- RIBEIRO, L. P.; ANTUNES-ROCHA, M. I. Identidades em movimento: estudos sobre discentes que se formam para atuar em escolas do campo. In: NASCIMENTO, A. R. A. D.; GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F.; ANTUNES-ROCHA, M. I. **Representações Sociais, identidade e preconceito: estudos de psicologia social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 137-166.
- SANTIAGO, A. C.; CASTELLO, N. F. V.; RODRIGUES, A. Bichas destruidoras mesmo: construindo uma viada bem afeminada. **Periferia: Educação, cultura e comunicação**, v. 9, n. 2, p. 156-180, 2017.
- SANTOS, H.; FERREIRA, M.; SILVA, S. M. D. "Gay mas não bicha": de uma heteromasculinidade hegemônica a uma proliferação de masculinidades gays. **Revista Iberoamericana de Salud y Ciudadania**, p. 37-67, 2013.
- SEDGWICK, E. K. **Epistemology of the closet**. Berkeley: University of California Press, 1990.
- SEDGWICK, E. K. **Tendencies**. Durham: Duke University Press, 1993.

SILVA, J. C. D.; PEREIRA, J. D. S.; PONTES, N. L. M. T. D. "**Ser um homem feminino.**": identidade e afeminofobia na produção de masculinidades de homens gays. IV Seminário Internacional Fazendo Gênero. [S.l.]: [s.n.]. 2019.

SILVA, J. C.; GARCIA, E. L. Produção de subjetividades e construção do sujeito. **Barbarói**, v. 35, p. 189-198, 2011.

ZAGO, L. F.; SEFFNER, F. **Masculinidades disponíveis.com**: como sobre como dizer-se homem gay no ciberespaço. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Gênero e Poder. Florianópolis: [s.n.]. 2008. p. 1-7.

ZAVALLONI, M.; LOUIS-GUÉRIN, C. **Identité sociale et conscience**: introduction à l'ego-ecologie. Montréal: Presses Universitaires de Montréal, 1984.

Recebido: 06/10/2020.

Aprovado: 14/06/2021.

DOI: 10.3895/cgt.v15n45.13274

Como citar: RIBEIRO, Luiz Paulo. Sujeitos gays: identidade(s), estética(s) e violência(s). **Cad. Gên. Technol.**, Curitiba, v. 15, n. 45, p. 112-129, jan./jul. 2022. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

Direito autorial: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

